

Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista¹

Cecília M.B. Sardenberg
NEIM/UFBA

Nesta apresentação, proponho-me a tecer algumas considerações sobre o conceito de *empoderamento de mulheres* a partir de uma perspectiva feminista, com vistas a formular um quadro teórico-metodológico para investigações nessa direção. Mais especificamente, pretendo aqui fazer uma leitura da bibliografia disponível em torno dessa questão, num esforço que se articula ao Projeto TEMPO – Trilhas do Empoderamento de Mulheres (*Pathways of Women’s Empowerment RPC*), ora sendo desenvolvido pelo NEIM/UFBA em parceria com outros centros de pesquisa no Egito, Gana, e Bangladesh sob a coordenação do *Institute of Development Studies* – IDS, do Reino Unido.²

Essas considerações se fazem necessárias tendo em vista que, apesar das origens “radicais” do conceito de *empoderamento* - ele surgiu da “praxis” para a “teoria”, sendo utilizado primeiro por ativistas feministas e por movimentos de base para depois se tornar objeto de teorização (AITHAL, 1999) – a problematização dessa práxis seguiu dois caminhos bastante distintos. Por um lado, o conceito foi levado para a academia, ganhando espaço nas perspectivas feministas sobre “poder” (ALLEN, 2005), enquanto, por outro, foi apropriado nos discursos sobre “desenvolvimento”, perdendo, nesse processo, muito das suas conotações mais radicais e, assim, sendo visto com desconfiança por feministas não familiarizadas com suas origens radicais (AITHAL 1999).

Por certo, essa desconfiança tem fundamento. Nos últimos anos, o termo *empoderamento* vem sendo usado indiscriminadamente, adquirindo novos significados no processo. De fato, tem-se tornado comum, tanto no discurso acadêmico, quanto de órgãos governamentais e não governamentais - ou mesmo no próprio movimento de mulheres - falar-se do *empoderamento* de mulheres, sobretudo no contexto do discurso sobre *gênero e desenvolvimento*. Até mesmo o Banco Mundial e, pasmem, o próprio Presidente George Bush II, se apropriaram do termo, este último chegando a afirmar que: “There’s no doubt in my mind, empowering women in the new democracies will

¹ O presente texto é uma transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006. As questões aqui levantadas foram mais amplamente desenvolvidas em Sardenberg (2009).

² Veja-se www.pathwaysofempowerment.org

make those democracies better countries and help lay the foundation of peace for generations to come”.³

Por certo, o que Sr. Bush entende por “empoderamento”, o que o Banco Mundial entende por “empoderamento”, não pode ser a mesma coisa que nós, feministas, as latino-americanas, em especial, entendemos por “empoderamento” – a não ser que algo muito estranho esteja acontecendo com o nosso feminismo. Prefiro pensar que atrás do termo “empoderamento” escondem-se vários conceitos bastante diferentes.

Esse parece ser o caso, quando se leva em conta que nem mesmo entre as diferentes agências de cooperação internacional existe consenso quanto ao que seja empoderamento, tampouco no que se refere aos processos e ações que, de fato, contribuem para tanto, e quais indicadores nos instrumentam melhor na mensuração e avaliação desse processo em instâncias específicas.⁴

É claro que, no caso da divergência entre a perspectiva dessas agências e a dos movimentos feministas, não se trata apenas de questões de cunho teórico-metodológico e sim de ordem política, o que resulta em perspectivas bastante distintas, senão conflitantes, na abordagem ao problema. Por exemplo, existem importantes divergências quanto ao objetivo maior do empoderamento das mulheres. Para muitas dessas agências e órgãos (ou como na fala de Bush), o empoderamento das mulheres é visto como um instrumento para o desenvolvimento, para a democracia, para erradicar a pobreza, etc. Não é um fim em si próprio.

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”.

³ Disponível em: usinfo.state.gov/sa/Archive/2006/Mar/07-586333.html

⁴ Por exemplo, para o World Bank, empoderamento é “participação”, ao passo que o DFID, graças inclusive ao pessoal do IDS, a questão do poder já se faz sentir, fazendo-se menção a exclusão dos pobres do exercício do poder – Oakley, 2001,p.41-42; o Oxfam já fala em dinâmica da opressão.

Um outro ponto de divergência que se relaciona a esse, está na ênfase colocada nas conceituações de empoderamento, nos discursos sobre desenvolvimento, nos aspectos individuais desse processo, principalmente nos aspectos cognitivos, enquanto nós feministas temos realçado a questão das ações coletivas. Como coloca Magdalena Leon:

“Uma das contradições fundamentais do uso do termo ‘empoderamento’ se expressa no debate entre o empoderamento individual e o coletivo. Para quem o uso o conceito na perspectiva individual, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se auto-conferem. Tomo um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoa. E “fazer as coisas por si mesmo”, “ter êxito sem a ajuda dos outros”. Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sócio-político, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro” (LEON, 2001, p.97).⁵

Conforme acrescenta, mais adiante, a própria Leon, se esse tipo de empoderamento individual não se relaciona com ações coletivas, pode ser ilusório, vez que o empoderamento inclui tanto a mudança individual quanto as ações coletivas:

“O empoderamento como auto-confiança e auto-estima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Al ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança” (LEON, 2001, p.97).

Convergências no Pensamento Feminista sobre Empoderamento

A bem da verdade, é certo que dentro do pensamento feminista também existem divergências em relação ao que venha a ser empoderamento. No entanto, parece haver consenso em torno de alguns pontos importantes, delineados por Sarah Mosedale (2005, p.243-244), cujas palavras tomo aqui a liberdade de parafrasear:

- a) para se “empoderar” alguém ter que ser antes “desempoderado” - ex. as mulheres enquanto um grupo;
- b) ninguém “empodera” outrem –isto é, trata-se de um ato auto-reflexivo de “empoderar-se”, ou seja, a si própria (pode-se, porém “facilitar” o desencadear desse processo, pode-se criar as condições para tanto);

⁵ Minha tradução do original em espanhol.

- c) empoderamento tem a ver com a questão da construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões de peso em relação às nossas vidas, de leva-las a termo e, portanto, de assumir controle sobre nossas vidas;
- d) empoderamento é um processo, não um simples produto. Não existe um estágio de empoderamento absoluto. As pessoas são empoderadas, ou desempoderadas em relação a outros, ou então, em relação a si próprias anteriormente.

Há concordância também em que a questão do poder é central à noção de empoderamento, mas pensando o “poder” de formas distintas, como nos aponta Mosedale (2005, p.249), a quem tomo a liberdade de novamente parafrasear:

- a) *poder sobre* – como no caso de A tem poder sobre B, referindo-se à dominação, subordinação, dominação/resistência;
- b) *poder de dentro* - que se refere à auto-estima, auto-confiança;
- c) *poder para* - em relação à capacidade para fazer algo; trata-se do poder que alarga os horizontes do que pode ser conquistado por uma pessoa, sem necessariamente estreitar, invadir, os limites de outra pessoas (ex., aprender a ler);
- d) *poder com* - o poder solidário, que se compartilha numa ação coletiva.

Segundo Shirin RAI (2002, p.134), as feministas têm usado o termo empoderamento em preferência a poder por muitas razões, destacando-se, dentre elas: a) o maior foco nos oprimidos, ao invés de nos opressores; b) a ênfase em “poder para” ao invés de começar com “poder sobre”; e, portanto, sua insistência no “poder como algo que capacita, como competência no lugar de dominação”.

Para nós, brasileiras, porém, esse termo é ainda complicado – não existe a palavra “empoderamento” dicionarizada no português do Brasil. Trata-se, na verdade, de um neologismo, um anglicismo, mas que vem sendo usado com pouca parcimônia. O problema é que, também no Brasil, se fala em empoderamento das mulheres, se escreve sobre isso, mas não existe consenso quanto ao que venha a ser *empoderamento*.

O Conceito de Empoderamento

De acordo com Srilatha Batliwala (1994, p.127), cujas reflexões orientam grande parte desta apresentação, o conceito de empoderamento na perspectiva feminista resulta de debates e críticas importantes levantadas sobretudo por feministas do chamado Terceiro Mundo. Para ela, as origens estão numa articulação das propostas feministas com os princípios da educação popular, mais precisamente, das reflexões de Paulo Freire sobre

a “pedagogia do oprimido”, e das pedagogias libertadoras em geral. Batliwala também reconhece uma linha de pensamento que se inspira em Gramsci, especificamente, no que se refere à importância de criar mecanismos participativos para se construir democracias mais equitativas. Batliwala ressalta, porém, que as educadoras populares feministas desenvolveram sua própria abordagem, trazendo à baila a questão da subordinação das mulheres e da construção social dos gêneros.

Com efeito, nos anos 80, as feministas passaram a criticar as intervenções que não trabalhavam com essas questões, ou que não diferenciavam entre a “condição” e a “posição” das mulheres na sociedade. Essa limitação foi trabalhada por Maxine Molyneux (1985) em relação à situação das mulheres nas lutas revolucionárias na América Latina, distinguindo entre “necessidades práticas de gênero” – que surgem das ideologias de gênero e da divisão sexual do trabalho - e “interesses estratégicos de gênero”, que se refere à mudança da posição das mulheres na sociedade. Para Molyneux, é necessário destacar a importância da organização e mobilização das mulheres no sentido da conquista dos seus interesses estratégicos, ou seja, é uma conquista resultante da ação coletiva .

Segundo Batliwala (1994, p.128), o conceito de empoderamento se atrela também a essa noção de interesses estratégicos. Mas só foi melhor articulado pela DAWN – Mudar, mais precisamente no livro, “Desenvolvimento, Crises, Visões Alternativas”, de Gita Sen e Caren Grown, publicado em 1985 e distribuído amplamente durante a II Conferência Mundial da Mulher que aconteceu em Nairobi (Quênia). Nesse livro, elas falam da “abordagem do empoderamento” das mulheres.

De acordo com essas autoras, o empoderamento das mulheres implicava numa transformação das estruturas de subordinação através de mudanças radicais na legislação, direitos de propriedade, e outras instituições que reforçam e reproduzem a dominação masculina (SEN; GROWN, 1985, p.129). Esse livro, como se sabe, teve um grande impacto, principalmente entre as arenas de discussão sobre “mulheres e desenvolvimento”. Assim, no início dos anos 1990, o termo empoderamento já estava sendo amplamente utilizado e, acrescente-se, perdendo seu conteúdo mais político.

Para Batliwala, a característica mais conspícua do termo empoderamento está na palavra “poder”, definido por ela como “controle sobre recursos materiais, intelectuais e ideologia” (1994, p.129).⁶ Segundo essa mesma autora, o poder decisório emana do

⁶ No entendimento de Batliwala: *Recursos materiais* – incluem recursos físicos, humanos, financeiros, tais como: terra, água, corpos, mão de obra, dinheiro, acesso à dinheiro, crédito; *Recursos Intelectuais* - conhecimento, informação, idéias ; *Ideologia* – capacidade de gerar, propagar, sustentar e institucionalizar determinados quadros de crenças, normas, valores, atitudes e comportamentos – ou seja, praticamente controlando como as pessoas se percebem e agem dentro de determinados contextos socioeconômicos e políticos “ (1994, p.125).

controle sobre esses recursos, que tem estado, em grande parte, sob o controle masculino. Contudo, nós, mulheres, não fomos nunca totalmente desempoderadas. Sempre tentamos, de uma maneira ou de outra, “expandir nosso espaço”, mesmo quando as ideologias patriarcais conseguiram minar essas tentativas.

Para Batliwala, “empoderamento” é o processo de questionar essas ideologias e relações de poder, e de ganhar maior controle sobre os recursos apontados. Citando Sharma, Batliwala diz:

“O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos” (1994, p. 130).⁷

Nesse sentido, empoderamento é, simultaneamente, processo e o resultado desse processo, sendo que, no caso das mulheres, esse processo tem como objetivos: (1) questionar a ideologia patriarcal; (2) transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero as desigualdades sociais; e (3) criar as condições para que as mulheres pobres possam ter acesso – e controle sobre – recursos materiais e informacionais.

Esse processo de empoderamento deve se dirigir para todas as estruturas e fontes de poder relevantes, pois não basta atuar apenas em uma delas (por exemplo, acesso a micro-crédito). Nesse ponto concorre também Nelly Stromquist (2002, 1995, p.232) ao afirmar que:

“O empoderamento consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante mas não suficiente por si própria para levar as mulheres para atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de auto-estima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente).”⁸

Naila Kabeer (1999) introduz uma perspectiva importante nessa discussão. Para ela, empoderamento é o processo através do qual aqueles/as a quem era negada a capacidade de fazer escolhas estratégicas para sua vida adquirem tal capacidade. Na sua

⁷ Minha tradução do original em inglês.

⁸ Minha tradução do original em inglês.

perspectiva, portanto, poder é a capacidade de fazer escolhas. Escolha, no caso, implica na possibilidade de alternativas. Só que algumas “escolhas” têm maiores conseqüências do que outras em nossas vidas. Nessa perspectiva, o empoderamento pode ser entendido como o processo através do qual se expandem os limites de se fazer escolhas estratégicas, num contexto no qual isso era antes impossível/proibido/negado. Essa possibilidade de se fazer escolhas de maiores conseqüências, implica em três dimensões distintas, embora interrelacionadas, quais sejam: Recursos (pré-condições), Agencia (processo), e Realizações (os resultados).

Por *recursos*, não se deve entender apenas os materiais, mas também os recursos humanos e sociais, que criam as condições para se fazer escolhas. Segundo Kabeer, o “acesso a esses recursos refletem as normas e regras que governam a distribuição e troca em diferentes arenas institucionais” (família, comunidade, etc.) (1999:437). Por sua vez, esse acesso depende da nossa posição no grupo, por exemplo, como chefe de família, chefe de tribo, etc, isto é, de “recursos de autoridade” - do poder legitimado, entendido como autoridade investida em uma determinada posição no grupo.

Em referência à *agenciamento* ou *agência*, Kabeer tem em mente o “poder para”, ou seja, “a capacidade das pessoas de definir suas escolhas estratégicas e ir atrás de seus objetivos, mesmo em face da oposição de outros” (1999: 438).

No entanto, na perspectiva de Batliwala, independente de como se define “empoderamento”, o processo de empoderamento das mulheres “tem que questionar as relações patriarcais e, portanto, implica em mudanças no que refere ao controle dos homens sobre as mulheres, particularmente aquelas do seu grupo doméstico.” Assim sendo, o empoderamento das mulheres implica na perda da posição de privilégio concedido aos homens pelo patriarcado” (1994, p.131). Implica, pois, em conflito, embora a mesma autora assegure que os homens também são libertados – do seu papel de opressores e exploradores.

De fato, como bem coloca Ana Alice Costa:

“O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família.”

O Processo de Empoderamento

Segundo Batliwala (1994), para questionar sua situação subordinada, as mulheres têm que reconhecer a existência de uma ideologia que legitima a dominação masculina e compreender como isso perpetua a opressão (p.131) , ou seja, o primeiro passo é a “conscientização”. Isso é fundamental, pois a demanda para mudar não nasce “naturalmente” dentro de uma condição de subordinação; de fato, a interiorização da opressão tem um grande. O processo de empoderamento, portanto, tem que ser desencadeado por fatores ou forças induzidas externamente. As mulheres têm que ser convencidas, ou se convencer do seu direito à igualdade, dignidade e justiça.

Os agentes do empoderamento podem ser vários. Uma ativista de fora pode ser a facilitadora do processo trazendo novas idéias e informações que, não apenas conscientizam, mas também induzam ou encorajem a ação. Isso não é um processo individual, as mudanças não acontecem sem ações coletivas. “A sociedade só é forçada a mudar quando um grande número de mulheres estão mobilizadas e pressionando para a mudança” (BATLIWALA, 1994, p.132). Destarte, o processo de empoderamento deve organizar as mulheres para ação. Com o apoio do grupo e de uma facilitadora, as mulheres podem desenvolver uma consciência crítica e se mobilizar para a ação. A ação também conduz ao empoderamento. Portanto, o processo de empoderamento não é linear, mas sim espiral. A espiral do empoderamento afeta todo mundo: o indivíduo, a facilitadora, o coletivo, a comunidade. Nas palavras de Batliwala: “conscientizando, identificando áreas para mudança, planejando estratégias, atuando para mudança, e analisando a ação e os resultados, que levam a estágios mais elevados de conscientização e a ações mais pontuais” (1994, p.132).⁹

Gita Sen e Caren Grown (1985, p.82), no livro do DAWN citado anteriormente, desenvolvem uma longa discussão sobre o desencadear do processo de empoderamento das mulheres através de organizações. Aliás elas fazem até uma tipologia de organizações. Mas as organizações também devem operar como agentes de mudança, não só das mulheres, mas das estruturas patriarcais. Isso, é claro, se estivermos realmente interessadas em mudanças. Conforme observa Kabeer (2003, p.16):

“Transformação das estruturas requer movimento em várias frentes: de ações individuais a coletivas, de negociações no âmbito privado à públicas, e da esfera informal para as arenas formas de lutas nas quais o poder é exercido legitimamente.”¹⁰

⁹ Minha tradução do original em inglês.

¹⁰ Minha tradução do original em inglês.

Interessante ver que, na América Latina, temos uma prática de empoderamento, estratégias em prática, bastante ampla. Temos uma larga experiência - mas pouquíssima teorização em cima disso. Nelly Stromquist (2002), por exemplo, trabalha muito em cima das nossas experiências, no Brasil e em outros países da América Latina, teorizando sobretudo em cima dos nossos projetos de educação de mulheres adultas, das nossas oficinas de conscientização (nós mesmas pouco fazemos nesse sentido).

Esse ponto é perceptível quando procuramos fazer o levantamento da bibliografia pertinente ao tema na América Latina. Na verdade, o grande nome por aqui é ainda o de Magdalena Leon. Além de ter “traduzido” importantes trabalhos que vem sendo produzidos lá fora sobre a questão, Magdalena Leon, junto com Carmen Diana Deere (2002), é autora do importante estudo *Gênero, Propriedad y Empoderamiento: tierra, Estado y mercado em América Latina*, um trabalho de mais de 500 páginas.

Nesse trabalho, Magdalena Leon observa que as latinoamericanas não gostavam de discutir a questão do poder, porque só pensavam na questão em termos do modelo de *poder sobre* (2002, p.30-31). Só depois do Encontro Feminista Latinoamericano realizado no México, em 1987, se reconheceu a importância das outras formas e modelos de poder e, assim, de se falar sobre “empoderamento das mulheres”.

Não se há de esquecer, porém, que vários estudos no Brasil têm se voltado para a história do movimento (Pinto, 2003; Costa, 2005), para lutas específicas (pelas Delegacias, Conselhos, legalização do Aborto, dentre outras), que tratam do processo de empoderamento no plano das ações coletivas e, mais precisamente, do processo de empoderamento de organizações, crescimento do movimento, e realizações no nível institucional. Mas, é bom ressaltar, conhecemos pouco ainda sobre como se processa o caminho do individual para o coletivo e vice-versa, e do institucional para o individual.

Considerações Finais

No projeto que pretendemos desenvolver, o Projeto TEMPO, queremos investigar histórias de empoderamento de mulheres para entender como se dá esse processo. Também queremos entender o que acontece no sentido oposto, isto é, de como projetos e políticas públicas têm contribuído criando condições para o desencadeamento de processos de empoderamento. Nosso interesse é pensar esse processo em termos de três eixos de análise, que acreditamos serem importantes no sentido do empoderamento: voz, trabalho decente, integridade (e políticas) do corpo.

Gostaríamos que, neste seminário, vocês nos ajudassem a fazer um mapeamento do que já conhecemos sobre esse processo nos eixos em questão, apontando para avenidas de análise que possam trazer subsídios para podermos compreender melhor o processo de

empoderamento e, assim, formularmos políticas públicas que, de fato, sejam eficientes e eficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aithal, V. (1999). ‘Empowerment and Global Action for Women: Theory and Practice’. Working Papers, Kvinnforsk, University of Tromsø, available at <http://pdfind.com/empowerment-and-global-action-of-women/>

Allen, Amy (2005). “Feminist Perspectives on Power.” *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Available at: <http://plato.stanford.edu/entries/feminist-power/#Bib>

Alsop, Ruth, Bertelsen, Mette Frost, and Holland, Jeremy. (2006) *Empowerment in Practice: from analysis to implementation*. Washington, D.C.: The World Bank.

Batliwala, S. (1994). “The meaning of women’s empowerment: new concepts from action”. In. G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*, pp.127-138. Boston: Harvard University Press.

Batliwala, S. (2002). “Grassroots Movements as Transnational Actors: Implications for Global Civil Society.” *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, Vol. 13, No. 4.

Bruera, Silvana & González, Mariana (2006). *Las Mujeres y el Poder: Aprendiendo de las Prácticas Políticas de las Mujeres*. Montevideo: REPEM. Available at: <http://www.repem.org.uy/?q=node/235>

Connelly, M. Patricia, Li, Tania M., MacDonald, M., and Parpart, J. L. (2000). “Feminism and Development”. In: Jane L. Parpart, M. Patricia Connelly, and V. Eudine Barriteau (eds.), *Theoretical Perspectives on Gender and Development*. Ottawa: IDRC. Available at: http://www.idrc.ca/en/ev-9419-201-1-DO_TOPIC.html.

Costa, Ana Alice. “Gênero, Poder e Empoderamento de Mulheres”. Disponível em: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf

Kabeer, N. (1994). *Reversed Realities*. London: Verso (2nd printing, 2001).

Kabeer, N. (1999). "Resources, Agency, Achievements: Reflections on the measurement of women's empowerment." *Development and Change*, Vol. 30, no. 3, pp.435-464.

Kabeer, N. (2005). "Gender equality and women's empowerment: a critical analysis of the Third Millennium Development Goals". *Gender and Development*, 13.1, March.

León, Magdalena de (comp.), (1997). *Poder y Empoderamiento de las Mujeres*. Bogotá, Coedición del Tercer Mundo Editores, Fondo de Documentación Mujer Y Genero de la Universidad Nacional de Colombia.

León, Magdalena de (2001). "El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género". *La Ventana*, no. 13, pp.94-106.

Molyneux, Maxine (2007) Change and Continuity in Social Protection in Latin America: Mothers at the Service of the State? Gender and Development Paper No.1 (Geneva: UNRISD)

Mosedale, Sarah (2003) "Towards a framework for assessing empowerment". Paper prepared for the international conference, New Directions in Impact Assessment for Development: Methods and Practice, Manchester UK, 24 and 25 November 2003. Available at: <http://www.enterprise-impact.org.uk/pdf/Mosedale.pdf>.

Mosedale, S. (2005). "Policy arena. Assessing women's empowerment: Towards a conceptual framework." *Journal of International Development*, 17, 243-257.

Oakley, Peter (2001). *Evaluating Empowerment: Reviewing the Concept and Practice*. Oxford, UK: INTRAC.

Oxaal, Z. and Baden, S. (1997). Gender and Empowerment: Definitions, Approaches and Implications for Policy, BRIDGE Report No.40. <http://www.bridge.ids.ac.uk/Reports/R40%20Gen%20Emp%20Policy%202c.doc>

Sardenberg, Cecilia M. B. *Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective*. Brighton: IDS: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, July 2009.

Sen, Guita and Grown, Caren. (1987). *Development, crisis, and alternative visions: Third World Women's perspectives*. DAWN.

Stromquist, Nelly P. (2002). "Education as a means for empowering women". In J. Parpart, S. Rai & K. Staudt (eds), *Rethinking empowerment: gender and development in a global/local world*. London: Routledge, pp.22-38.

Wartenberg, Thomas (1990). *The Forms of Power: From Domination to Transformation*. Philadelphia: Temple University Press.

Young, Kate. (1993). *Planning Development with Women: Making a World of Difference*. London: Macmillan.